



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:

(DO SR. RAIMUNDO COLOMBO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Altera a alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que "Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, extinguindo a obrigatoriedade da transmissão do programa "Voz do Brasil".

DESPACHO: 22/06/99 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 112, DE 1995)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 25/08/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

DE 1999

PROJETO DE LEI Nº

1260

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.260, DE 1999
(DO SR. RAIMUNDO COLOMBO)



Altera a alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que "Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, extinguindo a obrigatoriedade da transmissão do programa "Voz do Brasil".

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 112, DE 1995)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. A alínea "e" do artigo 38 da lei nº. 4.117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações -, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38.
a)
b)
c)
d)
e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, poderão retransmitir o programa oficial de ações do Poderes da República, ficando reservado 30 (trinta) minutos para divulgação das atividades da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
.....
....."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.



JUSTIFICATIVA

O Presente projeto de lei pretende alterar a alínea "e" do artigo 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, extinguindo a obrigatoriedade da formação de cadeia nacional de rádio para transmissão do programa "Voz do Brasil".

Criado em 1935, durante a vigência do "Estado Novo", chamava-se originalmente 'A Hora do Brasil' e tinha a finalidade de promover a propaganda institucionalizada da ditadura Vargas.

Com a instituição do Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962, a transmissão do programa "Voz do Brasil" tornou-se obrigatória, como forma de informar aos cidadãos brasileiros, nos mais longínquos recantos, as atividades da administração federal. Naquela época, as comunicações eram difíceis, o rádio dominava as comunicações de massa e a televisão ainda capengava, justificando plenamente a obrigatoriedade.

Hoje os tempos são outros, com o advento da televisão por cabo, da rede mundial de computadores - Internet e as transmissões via satélite, essas informações chegam sempre em tempo real, não se justificando a obrigatoriedade da formação de uma rede para informação das atividades dos poderes constituídos.

Ademais, não custa lembrar que, sempre que o governo deseja informar a população sobre determinado assunto, forma uma rede de emissoras de rádio e televisão para transmissão desse evento.

Recentemente, diretores de grandes emissoras de rádio, representando os interesses das 917 emissoras do País, pediram que a Procuradoria-Geral da República, formulasse uma Ação direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal contra a obrigatoriedade da transmissão da Voz do Brasil. O argumento jurídico central da solicitação, apoiada em pareceres de juristas renomados, é o de que essa obrigatoriedade viola as garantias constitucionais de liberdade de informação. "Manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição", afirma o artigo 220 da Constituição, em termos condizentes com os de qualquer regime democrático. "Nenhuma lei conterà dispositivos que possa constituir embaraço à plena liberdade jornalística em qualquer veículo de comunicação social".

Lote: 73
Caixa: 5
PL Nº 1260/1999
3

PLENÁRIO - RECEBIDO	
Em 22/6/99	às 18:30 hs
Nome	Heitor
Ponto	3.204



Ao lado dos argumentos estritamente jurídicos, pesam vários outros contra a "Voz do Brasil". O programa já não desperta o interesse de grande parcela da população. Pesquisa realizada pelo IBOPE comprovou que 63% dos entrevistados não ouvem o programa; 37% desligam o rádio na hora da transmissão e apenas 5% têm o hábito de continuar sintonizados após seu início. Algumas pessoas bem intencionadas tendem a acreditar que a Voz do Brasil atende a zona rural ou aos mais pobres. Levantamento nacional mostrou que não existe correlação entre localização geográfica, poder aquisitivo e audiência desse programa. Em todas as regiões, nas áreas rural e urbana e em todas as camadas sociais, a situação é a mesma: muito pouca gente mantém o rádio ligado durante a transmissão da Voz do Brasil. Não é para menos. Seu efeito prático é o de privar os ouvintes de uma hora de transmissão daquilo que eventualmente lhes interessa.

Nosso projeto não pretende acabar com a Voz do Brasil, mais apenas torná-la facultativa, pois é produzida pela Empresa Brasileira de Comunicações S/A – RADIOBRÁS, estatal de comunicações que continuará transmitindo através de suas emissoras afiliadas espalhadas por todo território nacional. Ademais, aquelas pequenas empresas do interior, que desejarem transmitir o programa, basta credenciar-se junto à Radiobrás.

São estas as razões que justificam a apresentação desta proposição esperando obter a concordância dos nobres pares na sua aprovação.

Plenário Ulysses Guimarães, em 22 de Junho de 1999.


RAIMUNDO COLOMBO
Deputado Federal



**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO VIII
Da Ordem Social**

**CAPÍTULO V
Da Comunicação Social**

Art. 220 - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.

§ 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso.

§ 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

**“LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CeDI”**



LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962.

INSTITUI O CÓDIGO BRASILEIRO DE
TELECOMUNICAÇÕES.

CAPÍTULO V
Dos Serviços de Telecomunicações

Art. 38 - Nas concessões e autorizações par a execução de serviços de radiodifusão serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

e) as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional;